

HABEAS CORPUS Nº 520.484 - PR (2019/0199437-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : RODOLFO DATSCH
ADVOGADO : RODOLFO DATSCH - PR073572
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ORIVALDO MALAGGI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

ORIVALDO MALAGGI alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** no HC n. 0022236-61.2019.8.16.0000.

Da análise dos autos, observo que **este *mandamus* foi deficientemente instruído**, pois **a defesa não anexou** a este feito **cópia do decreto de prisão temporária**, que, posteriormente, foi convertida em preventiva.

Tal circunstância inviabiliza o exame – com a observação rigorosa que o caso requer – de todos os acontecimentos que supostamente justificam a manutenção da custódia provisória (ou determinam a sua revogação).

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória.

É cogente ao impetrante – sobretudo quando se trata de advogado constituído – apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a suscitada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

À vista do exposto, **não conheço do writ**.

Nada impede, porém, à vista dos princípios da celeridade e da economia processuais que, caso a parte traga os documentos faltantes, o pedido seja considerado e analisado.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator